

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 16/05/2024 | Edição: 94 | Seção: 1 | Página: 22

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços/Secretaria Executiva

PORTARIA SE/MDIC Nº 140, DE 8 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre a delegação de competências à Comissão de Ética no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 53 do Anexo I do Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023, e considerando o disposto no art. 9º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, e no art. 5º, parágrafo único, da Portaria MPOG-CGU nº 333, de 19 de setembro de 2013, que dispõem sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal, resolve:

Art. 1º Designar a Comissão de Ética do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC, constituída pela Portaria de Pessoal GM/MDIC nº 720, de 24 de maio de 2023, para exercer as atribuições previstas nos incisos II a IV do art. 5º da Portaria MPOG-CGU nº 333, de 19 de setembro de 2013.

Art. 2º Fica mantida a atribuição da Coordenação de Gestão de Pessoas - Cogep, da Coordenação-Geral de Gestão de Administração - CGGA, do MDIC, de receber as consultas sobre a existência de conflito de interesses e os pedidos de autorização para o exercício de atividade privada dos servidores e empregados públicos e comunicar aos interessados o resultado da análise.

§ 1º Após o recebimento da consulta ou pedido pelo Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI), estando presentes os requisitos formais, a Cogep deverá autuar o pedido no Sistema SEI - SEI/MDIC e fazer o imediato encaminhamento dos autos à Comissão de Ética do MDIC, nos termos do art. 6º, § 1º, da Portaria MPOG-CGU nº 333, de 19 de setembro de 2013.

§ 2º Após deliberação sobre o mérito da consulta ou pedido pela Comissão de Ética, os autos deverão ser imediatamente devolvidos à COGEP para a comunicação do resultado ao interessado e demais providências cabíveis.

Art. 3º A Comissão de Ética do MDIC poderá solicitar informações a outras áreas do Ministério, inclusive à Cogep para o fim de subsidiar a instrução da consulta ou pedido de autorização.

Art. 4º O disposto nesta Portaria não se aplica às consultas sobre a existência de conflito de interesses e aos pedidos de autorização para o exercício de atividade privada formulados pelos servidores ou agentes públicos mencionados nos incisos I a IV do art. 2º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2024.

MÁRCIO FERNANDO ELIAS ROSA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

